



PSOL 50
Partido Socialismo e Liberdade



— FUNDADO EM 25 DE MARÇO DE 1922 —
Partido Comunista Brasileiro

O Poder Popular na Construção do Socialismo

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL/PCB PARA O ESTADO DO PIAUÍ EM CONSTRUÇÃO: DIRETRIZES GERAIS

**Chapa: candidato a Governador Maklandel Aquino Matos
e a Vice Governador José Romualdo Lopes de Sousa
(Brazil)**

PSOL/PCB

PSOL/PCB

PSOL/PCB

2014



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

Chapa: candidato a Governador Maklandel Aquino Matos e a Vice Governador José Romualdo Lopes de Sousa (Brazil)

PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PIAUÍ EM CONSTRUÇÃO: DIRETRIZES GERAIS

Piauí - 2014



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA PSOL/PCB

3. DIRETRIZES GERAIS

4. PROPOSTAS DE POLÍTICAS E AÇÕES DO PROGRAMA DE GOVERNO PSOL/PCB

- 4.1. Saúde
- 4.2. Transportes
- 4.3. Educação
- 4.4. Cultura
- 4.5. Habitação
- 4.6. Segurança
- 4.7. Desenvolvimento Social
- 4.8. Desenvolvimento Econômico
- 4.9. Meio Ambiente
- 4.10. Comunicação
- 4.11. Combate à Corrupção
- 4.12. Recursos Financeiros
- 4.13. Gestão Pública e Participação Popular

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. COMPROMISSO



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

APRESENTAÇÃO

Atendendo às orientações e normas da legislação eleitoral, a coligação **O Poder Popular na Construção do Socialismo** formada pelo **Partido Socialismo e Liberdade – PSOL** e pelo **Partido Comunista Brasileiro - PCB** encaminha à Justiça Eleitoral, no ato de inscrição da chapa composta pelo candidato a Governador Maklandel Aquino Matos e pelo Vice Governador José Romualdo Lopes de Sousa (Brazil), **o PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PIAUÍ: DIRETRIZES GERAIS** com as propostas de políticas e ações prioritárias a serem defendidas pela Coligação **PSOL/PCB** no Pleito Eleitoral de 2014.

Convém salientar que este não é um documento conclusivo, devendo ser enriquecido e aperfeiçoado, razão pela qual o PSOL/PCB continua colhendo contribuições ao longo de todo o processo eleitoral, através dos diferentes instrumentos e mecanismos de comunicação, articulação, interação e diálogo entre o Povo do Piauí e o PSOL/PCB.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente documento é, em atendimento às normas da legislação eleitoral, dar visibilidade e publicidade ao **PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PIAUÍ: DIRETRIZES GERAIS**, com os subsídios para tornar o povo consciente do que pode esperar elegendo os **Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e o Partido Comunista Brasileiro - PCB** para conduzir os destinos da política do Governo Estadual.

A concepção do presente Programa tem como base as diretrizes nacionais dos partidos PSOL/PCB, adaptadas à realidade local e aprovadas nas instâncias em âmbitos municipal e estadual. Além disso, sua construção se apoia nos estudos realizados e no profundo conhecimento dos partidos PSOL/PCB sobre a realidade social, econômica e ambiental do Estado do Piauí.

O aspecto mais relevante na concepção do Programa PSOL/PCB é o fato dele estar alicerçado nos princípios inarredáveis da democracia, universalidade, integração, coletividade, liberdade do Estado de Direito e acima de tudo da legitimidade.

Assim, as políticas e ações traçadas em linhas gerais nas áreas Saúde, Transportes, Educação, Cultura, Habitação, Segurança, Assistência Social, Participação Popular, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Comunicação, partes deste Programa, são originárias das discussões com a sociedade organizada, das demandas dos movimentos sociais e contempla a sociedade, de modo geral, na medida em que todo o povo piauiense almeja um Estado economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto, como forma de garantir mais qualidade de vida para a geração presente e para as futuras.

Convém salientar que nenhuma política ou ação aqui estabelecida é definitiva, na medida em que toda prática do Governo do PSOL/PCB se norteará no **Planejamento Participativo** e na busca sistemática de uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

2. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÃO COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA PSOL/PCB

O Brasil vive um momento singular em sua história recente. Passados vinte e cinco anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Fora Collor, em junho de 2013 o País viveu um novo despertar das manifestações de rua, as maiores desde a chegada do projeto petista ao governo federal.

A revolta popular que teve início em junho não foi apenas contra um sistema de transporte caro, sucateado e ineficiente, foi também contra a exclusão da maioria da população que vive nas cidades sem acesso a serviços públicos de qualidade na saúde, educação, segurança pública, habitação, cultura e lazer.

As manifestações que tiveram como ponto de partida a luta contra o aumento das tarifas expressaram um descontentamento mais amplo do povo contra as péssimas condições de vida nos grandes centros urbanos brasileiros e insatisfação com a subordinação do interesse público aos negócios privados.

A partir daí ocorre importante retorno das mobilizações populares, que coloca em xeque os limites do atual modelo político e econômico. Um modelo construído para preservar a dominação da maioria por uma minoria de privilegiados.

Os ventos da mudança deram maior ânimo para a luta de vários setores sociais. Foi o que se viu na mobilização dos povos indígenas, nas manifestações contra os abusos da Copa do Mundo, nas ocupações do movimento sem teto, e na luta de diversas categorias profissionais que retomaram a greve como instrumento legítimo e, em alguns casos, independente das estruturas sindicais.

O fato novo observado nesse processo, é que o País ingressou em uma nova conjuntura, mais favorável às lutas sociais e à defesa de um programa de mudanças estruturais, voltado para o combate à desigualdade social, à garantia de direitos, à ampliação da democracia direta. Um programa voltado para a defesa de um projeto político e



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

econômico, à semelhança do apresentado pelos partidos do PSOL e PCB, que garante mobilidade urbana, os direitos dos trabalhadores, serviços públicos de qualidade, preservação do meio ambiente e dos bens comuns que devem servir ao interesse do povo.

Não obstante à pressão das ruas, o governo atual e sua maioria no Congresso Nacional não realizaram qualquer mudança de rota. Ao contrário mantém intacto o seu modelo de desenvolvimento e a política econômica em curso que beneficia o grande capital, no bojo da qual se constata as seguintes situações combatidas pelos partidos PSOL e PCB:

- Existência de um processo de desindustrialização com maior dependência tecnológica, crescente vulnerabilidade externa, reprimarização da economia, maior concentração de capital e crescente dominação financeira;
- Privatizações das estradas, portos e aeroportos, bem como as articulações para ampliar o repasse de recursos públicos para os planos de saúde privados por meio de financiamento do BNDES, aprofundando o subfinanciamento e o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Bloqueio ao aumento do gasto público em políticas sociais e na valorização do funcionalismo público; e a privatização de 60% do Campo de Libra, do pré-sal, a maior reserva de petróleo já descoberta no país;
- Bloqueio ao aumento do gasto público em políticas sociais e na valorização do funcionalismo público; e
- Aprovação de um Plano Nacional de Educação que não assegura os 10% do PIB para a educação pública, como reivindicado pelo movimento educacional;
- .Em relação à política econômica as taxas de juros brasileiras voltaram a liderar o ranking das maiores taxas do mundo;
- A oferta pelo Governo de vantagens especiais ao grande empresariado, através de generosos empréstimos subsidiados pelo BNDES. Entretanto, o investimento do BNDES em áreas de interesses públicos estratégicos é muito baixo.

Enquanto o governo sonha com o aumento do investimento privado, mais de 40% do orçamento da união em 2013 (900 bilhões de reais) foram drenados para o pagamento dos

Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

serviços da dívida pública, incluindo juros e amortizações, mantendo intacta a faceta financista da política econômica.

Do ponto de vista da democratização da propriedade da terra houve retrocessos, e a aliança do governo com o agronegócio está mais firme do que nunca na tentativa de ampliar a fronteira agropecuária, com amplo financiamento público – fonte da concentração da propriedade rural e dos conflitos agrários no país.

A governabilidade do País está sustentada numa aliança conservadora, que envolve setores fisiológicos e da direita tradicional.

Neste contexto, a bancada federal do PSOL tem sido a expressão dos insatisfeitos com o atual modelo. A combatividade da bancada parlamentar esteve expressa em várias lutas fundamentais, nas quais, sabia distinguir com clareza o que é inegociável para a defesa dos interesses populares. Os Partidos PSOL e PCB em todas as instâncias, nas ruas e/ou no parlamento, têm enfrentado os interesses ruralistas, rentistas, monopolistas e conservadores.

Convém salientar que maior contradição deste novo cenário político é a manifestação do anseio da maioria da população por mudanças e a atuação do aparelho repressor do atual Governo que tem a apenas Discurso o sentido da Democracia. Para os partidos como o PT, dito de esquerda que se juntaram aos de direita e para aqueles que estão lutando pelo poder representados agora por Aécio Neves, assim como a aliança pragmática igualmente conservadora entre Eduardo Campos e Marina Silva, não tem capacidade de ocupar o espaço de mudança.

Desse modo, a coligação PSOL/PCB cobate o continuísmo representado pelo PT e aliados, nem o retrocesso simbolizado por PSDB e aliados, bem como aqueles como o PSB que estão entre os dois projetos.

Na concepção da coligação PSOL/PCB, a única alternativa que abre um caminho para as grandes mudanças é no terreno político e eleitoral com a intensificação do processo de politização da população de forma a torná-la consciente do seu papel como agente transformador.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

Diante deste cenário, o PSOL/PCB buscará apresentar ao povo brasileiro um programa de esquerda que enfrente os problemas histórico do país, centrado em três grandes eixos:

- Transformação profunda do sistema político, aumentando a participação popular, a transparência e o controle público sobre a política;
- Ampliação radical dos direitos e das liberdades dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos setores socialmente mais vulneráveis e oprimidos; e
- Superação da atual política econômica e do modelo de desenvolvimento, que destrói o meio-ambiente e nossas riquezas naturais e provoca exclusão e empobrecimento da população em todos os níveis.

Com esta concepção, o PSOL concorre ao pleito eleitoral de 2014, em nível de Estado a coligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) representada pela chapa composta pelo candidato a Governador Maklandel Aquino Matos e pelo Vice Governador José Romualdo Lopes de Sousa (Brazil), a única e real alternativa de esquerda para o Estado do Piauí porque não aceita e lutará incansavelmente para combater os projetos a serviço da burguesia, sendo, cotidianamente, a oposição de esquerda nas ruas e na disputa eleitoral.

Em nível nacional apresenta ao povo brasileiro a candidata à Presidência da República a ex-Deputada Federal Luciana Genro, histórica lutadora pelas causas populares em nosso país, fundadora do partido PSOL e atual presidente da Fundação Lauro Campos. Compreendendo que ela está à altura dos desafios de mudanças que o País requer porque traduz em propostas concretas o Brasil que precisa ser construído: justo, soberano e democrático, enfim, um Brasil socialista.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

3. DIRETRIZES GERAIS

Tomando por base as resoluções aprovadas nos quatro Congressos Nacionais do PSOL, bem como o acúmulo de nossas setoriais e as discussões promovidas pela Executiva Nacional nos Seminário de Programa de Governo no primeiro semestre de 2014, foi apresentado ao povo brasileiro as diretrizes gerais do Programa de Governo do PSOL às eleições deste ano. Este documento está construído em três eixos principais, que balisam a propostas. Entendemos que este não é um processo conclusivo, razão pela qual, seguiremos colhendo contribuições ao longo de todo o processo eleitoral através do portal Plataforma 50, criado para ser um canal interativo de diálogo entre o PSOL e seus simpatizantes.

Eixo 1 – Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento

Um governo do PSOL promoverá mudanças estruturais na economia do país. O Brasil e o mundo vivem uma crise socioambiental que está vinculada ao modo como se organiza a economia capitalista. A destruição da natureza e a degradação do meio ambiente são diretamente proporcionais à crueldade do capitalismo em relação aos oprimidos e explorados por este sistema. Nossa proposta é ecossocialista, pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação das leis do capital, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano para garantir a acumulação em benefício de 1% da população, enquanto 99% sofrem as consequências nefastas deste modelo econômico.

O Brasil precisa conquistar sua verdadeira soberania. Hoje a situação é de submissão aos interesses do capital financeiro e monopolista. Entre abril de 2013 e abril de 2014 o governo Dilma aumentou a taxa básica de juros nove vezes, passando de 7,5% para 11%. Com isso, ela voltou a liderar o ranking das maiores taxas do mundo. Ao mesmo tempo, o governo prometeu contingenciar R\$ 40 bilhões na execução orçamentária deste ano para garantir um superávit primário de 1,9% do PIB. Com isso, o principal componente do desequilíbrio financeiro do Estado brasileiro é, de longe, a conta de juros, que tem consumido entre 5% e 7% do PIB. É um recorde. A média mundial de comprometimento das finanças públicas com juros gira em torno de 1% do PIB, chegando a 2% em casos



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

excepcionais. O Brasil gasta, na conta de juros, praticamente a mesma quantidade de recursos investidos no seu sistema de Seguridade Social! Grande parte da dívida interna brasileira está nas mãos de 20 mil credores, enquanto o sistema de seguridade atende cerca de 130 milhões de pessoas.

Demonstração clara desta submissão é a recusa do governo federal em cumprir o acordo, já bastante insuficiente, feito com governadores para renegociar os contratos das dívidas estaduais, devido às “turbulências do mercado”. Isto acontece porque o modelo econômico brasileiro está ancorado na financeirização da economia, que se baseia no “Sistema da Dívida Pública”, levando a ampliação do endividamento pela obrigação de amortizar o capital e pagar os juros. Somente uma auditoria independente pode demonstrar o quão lesivo é este processo. Neste sentido, o exemplo do Equador é eloquente, pois conquistou uma redução de 75% no montante da dívida do país.

A Auditoria deve resultar na devida suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, dado o fato deles inviabilizarem a capacidade do Estado em investir, por exemplo, nos direitos sociais – saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento. Estas medidas devem resguardar os pequenos e médios detentores dos títulos da dívida pública, que não serão prejudicados, bem como garantir o direito dos pequenos poupadores e da aposentadoria dos trabalhadores que participam de fundos de pensão.

A luta do PSOL imediata será para que a economia do Brasil não siga amarrada aos interesses do grande capital financeiro. Enquanto Dilma, Aécio e Eduardo Campos disputam o posto de fiadores do ajuste fiscal e do cumprimento das metas de superávit primário, o PSOL parte da definição de que os recursos hoje destinados ao pagamento da dívida para as cinco mil famílias mais ricas serão destinados aos investimentos públicos, à saúde, educação, transporte e demais gastos sociais. Será dado fim à desregulamentação da economia e da abertura financeira e comercial irresponsável, bem como implantaremos um rígido controle de capitais para inibir a especulação. Ao mesmo tempo, o governo PSOL não concederá autonomia ao Banco Central, transformando-o num instrumento da retomada da soberania nacional frente ao imperialismo.

Além disso, terá lugar central no programa o combate à concentração de renda e às desigualdades. No mundo, 85 fortunas acumulam a mesma riqueza que 3,5 bilhões de

Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

peessoas. No Brasil não é diferente. As cinco mil famílias mais ricas concentram a maior parte da riqueza produzida, e ainda recebem dinheiro do governo, através dos juros da dívida pública. Este processo será estancado com o enfrentamento do problema da dívida, mas para ser revertido, é preciso avançar numa reforma tributária profunda.

Várias medidas vão nesta direção. A primeira é mudar a estrutura tributária, de regressiva para progressiva; a modificação substantiva do sistema de alíquotas é fundamental, de forma que os ricos paguem proporcionalmente mais impostos do que a classe média e os pobres. É inadmissível que sobre os rendimentos do trabalho da classe média incida a mesma alíquota que incide sobre os rendimentos do trabalho dos ricos. É necessária a desoneração tributária que incide diretamente sobre a renda dos pobres e da classe média. A segunda consiste em eliminar boa parte das medidas de desoneração, seja da folha de pagamento, seja a redução de IPI, principalmente de setores de bens de consumo duráveis e dos setores em que há baixa concorrência. A terceira consiste em fazer com que a tributação sobre os rendimentos do capital seja maior que a tributação sobre os rendimentos do trabalho. A quarta envolve a maior taxação do estoque de riqueza dos ricos. A quinta trata de eliminar subsídios em financiamentos para projetos de investimento de grandes empresas e grupos econômicos. A sexta é acabar com o financiamento, com recursos públicos para empresas estrangeiras que operam no país. Por fim, a sétima medida requer maior tributação do setor primário, inclusivo com impostos específicos sobre a exportação.

O Imposto sobre as Grandes Fortunas – uma medida que consta na Constituição desde 1988 e até hoje não foi regulamentada – deve ser uma fonte de recursos e de justiça. Vamos inverter a lógica do atual sistema tributário, aumentando a tributação sobre a riqueza e a propriedade, e assim poderemos baixar os impostos sobre o salário e o consumo, beneficiando os mais pobres, os trabalhadores, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, enfim, os que hoje sustentam o parasitismo de poucos.

Medidas como o *Bolsa-Família* devem ser transformadas em políticas efetivas de transferência de renda, tratadas como política de Estado e acompanhadas por transformações estruturais, pois isoladas são meramente paliativas e insuficientes para

Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

assegurar a vida digna que todos merecem. É sabido que os aumentos reais do salário mínimo, ainda que abaixo do salário mínimo necessário apontado pelo DIEESE, foram mais eficientes para a redução da pobreza do que programas de transferência de renda. Garantir emprego de melhor qualidade e salário dignos é fundamental. Neste sentido, também é importante voltar a vincular o reajuste dos aposentados ao do salário mínimo, pôr fim ao fator previdenciário e anular a reforma da previdência de 2003.

Nosso programa também deve ser taxativo na defesa da soberania nacional e, portanto, do controle público das áreas estratégicas, como a energia, que é um fator crítico da soberania e do desenvolvimento de qualquer país. Há um potencial conflito de interesses geopolíticos inerente a uma gigantesca reserva petrolífera como a do Brasil. A política energética do PSDB e do PT, embora diferentes, têm sido um desastre para o Brasil, transitando de um sistema público, planejado e cooperativo, para um sistema privado, mercantil, concorrencial, caro, ineficiente e devastador do meio-ambiente.

Outro ponto importante é a defesa de uma mudança na política de financiamento do BNDES. Não podem mais ser concedidos empréstimos para grandes empreiteiras e multinacionais que têm capital próprio ou acesso a empréstimos internacionais e àquelas que usam os recursos públicos para aumentar a concentração e os monopólios. A prioridade tem que ser estabelecida de acordo com os interesses da maioria do povo e não de um punhado de empresas privadas. Será dado fim e revertidas às privatizações fortalecendo o Estado e seus instrumentos de planejamento estratégico, qualificando e pagando bem os servidores públicos, para prestar serviços de qualidade. Além disso, será feita uma auditoria nas obras públicas para identificar desvios de recursos, desperdícios e abusos.

Cabe destacar, como elemento de construção de um novo modelo econômico de desenvolvimento, a necessidade de uma profunda revisão do sistema agrário brasileiro. Além de uma reforma agrária, que desmonte o latifúndio e desaproprie propriedades que possam ser utilizadas para fins produtivos – sobretudo a produção de alimentos – será papel do Estado incentivar atividades que gerem empregos, desenvolvam de forma sustentável a economia no campo e fortaleçam a soberania nacional. Setores unicamente voltados à



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

exportação de *commodities* não contarão com incentivo público e serão objeto de rigoroso controle por parte da sociedade, com a reversão do processo de monopolização no campo.

Eixo 2 – Sistema Político e Democracia

Compreendemos que as instituições da democracia brasileira não têm respondido aos interesses da maioria do povo. São instituições capturadas pelo poder econômico, corroídas pela corrupção e pela impunidade e distanciadas de uma representação legítima da população. Os processos eleitorais, instrumento de legitimação dos governantes, constituem-se em grandes espetáculos de marketing, de enganação e falsas promessas. O poder econômico é determinante, o que deixa pequenas brechas por onde eventualmente a genuína vontade popular consegue se expressar.

As mobilizações de junho de 2013 demonstraram a crise de representação da política tradicional e suas instituições, especialmente para as novas gerações. O PSOL quer se apresentar como o partido que na disputa institucional defende a ideia de que o poder vem das ruas e para isso defenderá uma profunda democratização do poder.

Por isso, em nosso governo, serão refundas as instituições apodrecidas e vazias de representatividade, para que correspondam à vontade popular. Serão criados mecanismos de democracia direta, que permitam ao povo tomar a política e a economia em suas próprias mãos, para colocá-las a serviço dos interesses da maioria. Da mesma forma, a revogabilidade dos mandatos dos políticos, a exemplo do referendo revogatório existente na Venezuela, é um instrumento fundamental na construção de uma viva e participativa democracia.

Uma reforma política real tem que interferir naquilo que tem feito da política um grande negócio: o financiamento das campanhas por empresas privadas. Serão trabalhadas, para que sejam aprovadas, leis que coíbam a influência do poder econômico sobre os processos eleitorais, tal como sugere a Coalizão Democrática por Eleições Limpas e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política. Na mesma medida, incentivaremos e garantiremos a participação dos setores historicamente aliçados da vida política, como mulheres, negros e outros setores sociais hoje sub-representados.

Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

Neste processo, precisaremos promover mudanças legais que permitam maior controle social sobre as instituições e os agentes políticos, com o fim da impunidade aos criminosos do colarinho branco (enquanto os presídios estão abarrotados de pobres) e de seus privilégios, ampliação dos instrumentos de fiscalização e controle, com um combate sistemático e implacável à corrupção.

Além disso, será fundada uma nova governabilidade: findando o eterno “toma-lá-dá-cá” no Congresso Nacional. Nossa relação com os parlamentares se dará com base na vontade popular e as mudanças virão não por acordos espúrios, mas pela pressão das ruas. Essa é a verdadeira “nova política”.

Eixo 3 – Mais e Melhores Direitos

As manifestações de junho de 2013 trouxeram à tona um conjunto de problemas sociais que são o resultado do modelo econômico excludente, concentrador e baseado na superexploração do trabalho. Não foi por acaso que o estopim das manifestações de junho foi o aumento das passagens de ônibus. A questão do direito à cidade, em especial o problema da mobilidade urbana e o descaso dos governos com o transporte coletivo faz do deslocamento diário uma verdadeira *via-crúcis* para o povo. Mas como foi dito nas manifestações “não era só por cinco centavos, era por direitos”. As demandas sociais são múltiplas, como a saúde, educação, fim da violência, transparência, participação. Por isso o PSOL assume o compromisso de implantar a Tarifa Zero nos principais centros urbanos, usando os recursos hoje destinados ao superávit primário para investir no transporte público, na saúde, educação e cultura, inclusive melhorando os salários dos servidores públicos, agentes fundamentais na melhoria dos serviços oferecidos à população.

Nos últimos meses, graças às ocupações urbanas promovidas principalmente pelo MTST, o tema da moradia popular tem ganhado destaque nacional. O programa *Minha Casa Minha Vida* tem sido uma mina de ouro para as construtoras e o problema da moradia para as famílias pobres está longe de ser resolvido. O PSOL deve modificar totalmente este programa, retirando-o do controle das empreiteiras e compartilhando sua gestão com as entidades de luta pela moradia. Além disso, vai ser proposta uma legislação que estabeleça um rígido controle sobre os reajustes dos aluguéis, combatendo a especulação imobiliária e



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

taxando ainda mais os imóveis vazios. Como propõe o MTST, é preciso congelar os aluguéis enquanto se formula uma nova lei do inquilinato no país.

A Reforma Agrária também é de vital importância, para o povo do campo é um modelo que pode assegurar o desenvolvimento regional. No caso das cidades, pode significar a garantia de alimentos mais baratos e de melhor qualidade na mesa dos moradores das grandes cidades. Junto com os movimentos do campo, dentre eles o MST, será implementado um programa de reforma agrária que parta da necessidade de democratização da propriedade da terra, fixando limites, e propondo a reorganização da produção agrícola, priorizando a produção de alimentos sem venenos.

No campo dos direitos básicos, em primeiro lugar não será aceito retrocessos como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito à greve ou demissões arbitrárias, a exemplo dos metroviários de São Paulo. O PSOL apoia a luta dos trabalhadores e busca avanços como a jornada de 40 horas semanais e o aumento dos salários. Serão ampliados radicalmente os investimentos públicos em saúde e educação. No SUS, será efetuada uma retomada global de suas funções originais, garantindo atendimento integral a todos de forma gratuita e com qualidade. Na educação, será assegurada a ampliação gradual dos investimentos públicos, coibindo o repasse para as instituições privadas de modo a universalizar o acesso a todos os níveis de educação de forma gratuita através de instituições públicas.

No campo dos direitos humanos e das liberdades civis são vários os temas a enfrentar. O combate à homofobia, por exemplo, tem grande importância. Os ataques homofóbicos têm sido cada vez mais frequentes e a luta por direitos, como o casamento civil igualitário, ganha força principalmente junto à juventude.

O combate ao racismo também se fortaleceu nos últimos anos. O racismo que existe nas relações da sociedade brasileira vai além dos episódios mais gritantes que hora ou outra chama à atenção da opinião pública, ele está presente no cotidiano da população. A sociedade brasileira é composta na sua maioria por negras e negros nos impondo o desafio urgente de combater o racismo, erradicar as diferenças e a apartação existentes que levam um segmento tão amplo da sociedade a ser excluído de boa parte dos direitos.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

A violência contra as mulheres, seus direitos sexuais e reprodutivos, as mortes absurdas fruto da criminalização do aborto e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho também devem ser temas centrais do PSOL. Por isso, o PSOL será o porta-voz da luta contra os retrocessos conservadores que almejam aprovar o Estatuto do Nascituro e dificultar o atendimento às vítimas de violência sexual. Será defendida a legalização do aborto, a exemplo do que foi feito no Uruguai, o que diminuiu radicalmente os casos de morte das mulheres em decorrência do aborto clandestino.

Um governo do PSOL tem a coragem que outros não tiveram de avançar na democratização dos meios de comunicação. Por isso será dado incentivo para instrumentos de comunicação alternativos, como rádios e TVs comunitárias, e aos meios públicos de mídia. Além disso, será dado enfatizado o controle social da mídia, com instrumentos de participação popular.

Quanto à segurança pública, será promovida uma mudança radical no atual sistema brasileiro, assegurando outro papel para a polícia que não a de repressão aos mais pobres, preparando os trabalhadores da segurança para coibir os crimes promovidos por quadrilhas especializadas. Além disso, batalhar por uma efetiva valorização dos policiais, bombeiros e demais profissionais, tal como algumas proposições previstas nas Propostas de Emenda Constitucional 51 e 300. E também garantir o direito à sindicalização e à greve.

A segurança deve ser entendida como um direito social fundamental. Não é possível pensar em democratizar nossa sociedade sem golpear um dos aspectos mais brutais da política do aparelho de Estado: a utilização de polícias militares como instrumento de genocídio contra a população pobre e de criminalização de suas lutas sociais, para manutenção dos interesses das elites. Por isso, o PSOL defende a desmilitarização e a unificação das polícias.

Deve-se lembrar que o Brasil é o quarto país do mundo em população carcerária, atrás apenas dos EUA, Rússia e China. Levantamento feito pelo Instituto Avante Brasil, com dados do InfoPen, do Ministério da Justiça, apontou um crescimento de 508,8% na população carcerária brasileira no período de 1990 a 2012. E quem são estes presos? No ano de 2012 os pardos e negros eram ampla maioria. Também era maioria os que têm o Ensino Fundamental Incompleto. Os jovens também eram maioria: quase 30% tinha entre 18

Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

e 24 anos e 25,3% entre 25 e 29 anos. Neste contexto, o comércio ilícito de entorpecentes aparece em segundo lugar de incidência (atrás dos crimes patrimoniais) atingindo 24,43% da população carcerária em geral, e no que diz respeito à população carcerária feminina, é a principal causa de encarceramento, atingido 49,65% das presas.

Nos presídios, lugar reservado aos indivíduos considerados “descartáveis” pelo Estado até hoje, reina a barbárie. A sociedade se chocou com a violência em Pedrinhas, mas é hora de refletir por que se chegou a este extremo. É hora de parar o clamor por encarceramento e aumentar o clamor por direitos.

Neste sentido apresenta-se um conjunto de propostas que começa apontando para o fim da chamada guerra às drogas. Esta guerra é hoje o mais poderoso instrumento de criminalização da pobreza e de instigação ao racismo. A morte de Amarildo, Cláudia e DG, dentre tantos outros, também é resultado da guerra às drogas. Ela legitima a violência e as violações aos direitos humanos cometidas pelo próprio Estado contra os pobres. Muito embora insuficiente do ponto de vista da desestruturação do tráfico e de todas as suas consequências, a descriminalização da maconha é um inegável passo adiante. O Uruguai é o primeiro país da América Latina a legalizar o uso, plantio e venda da maconha. O consumo já não era mais crime há muitos anos e a principal preocupação do governo foi impedir o narcotráfico de seguir dominando o mercado. Este é o caminho que o PSOL seguirá.

Agradecimentos:

Este documento não teria sido possível sem as elaborações de Reinaldo Gonçalves, César Benjamin, Maria Lúcia Fatorelli, Chico Alencar e Guilherme Estrella. A eles, os sinceros agradecimentos do Partido Socialismo e Liberdade PSOL.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

4. AS POLÍTICAS E AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA DE GOVERNO PSOL/PCB PARA O PIAUÍ

O Estado do Piauí, nesse pleito eleitoral de 2014 tem na coligação PSOL/PCB a opção para que haja profunda mudança no estilo de governar, tendo o povo com o empoderamento necessário para que exerça o seu legítimo papel de construtor de um Estado Socialista.

Para melhor entendimento por parte da sociedade sobre as características e objetivos que nortearão o Governo da coligação PSOL/PCB, apresenta-se as propostas das políticas e ações integrantes do Programa de Governo para o Estado do Piauí.

A proposta do Programa de Governo para o Estado do Piauí foi concebida pelo PSOL/PCB embasada no seguinte:

- Nas diretrizes partidárias nacionais, adaptadas à realidade local, discutidas e aprovadas pelas executivas estadual e municipais;
- Nas demandas da sociedade organizada e dos pleitos sociais;
- Na busca contínua de contribuições para aperfeiçoamento da proposta, considerando que jamais deve se esgotar os canais de interação e articulação com o povo para obtenção de novas demandas; e
- No Planejamento Participativo e Estratégico na busca sistemática de uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento.

Ressalte-se, que nas suas estratégias e diretrizes o PSOL/PCB se coloca no processo político atual, também como um politizador e portador de esperança em dias melhores. Um pregador coletivo da mudança que não perde o senso de realidade.

Setorialmente, o PSOL/PCB defendem as seguintes políticas para o Estado do Piauí:

4.1 Saúde

A política de saúde do PSOL/PCB, com base na **Carta da 14ª Conferência Nacional de Saúde à Sociedade Brasileira – Carta SUS**, propõe:



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- Que a Atenção Básica seja ordenadora da rede de saúde, caracterizando-se pela resolutividade e pelo acesso e acolhimento com qualidade em tempo adequado e com civilidade, sendo, para tanto, proposto o seguinte:
 - A defesa, intransigente de um SUS Universal, integral, equânime, descentralizado e estruturado no controle social;
 - A efetiva aplicação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, além da garantia de atenção à mulher em situação de violência, contribuirão para a redução da mortalidade materna e neonatal, o combate ao câncer de colo uterino e de mama e uma vida com dignidade e saúde em todas as fases de vida;
 - A efetiva aplicação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra como entendimento de que o racismo é um dos determinantes das condições de saúde;
 - Aplicação de Políticas de Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo e da População LGBT, recentemente pactuadas e formalizadas, como instrumentos que contribuam para a garantia do direito, da promoção da igualdade e da qualidade de vida dessas populações, superando todas as formas de discriminação e exclusão da cidadania, e transformando o campo e a cidade em lugar de produção da saúde.
 - A Vigilância em Saúde do Trabalhador viabilizada por meio da integração entre a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e as Vigilâncias em Saúde Estaduais e Municipais. Busca do desenvolvimento de um indicador universal de acidentes de trabalho que se incorpore aos sistemas de informação do SUS.
 - A defesa e fortalecimento da Política Nacional de Saúde Mental e Álcool e outras drogas, alinhados aos preceitos da Reforma Psiquiátrica antimanicomial brasileira e coerente com as deliberações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental. Neste particular a prefeitura terá dois campos de atuação: combate às causas e efeitos do uso das drogas.
 - Em relação ao financiamento do SUS, a defesa da destinação de 10% da receita corrente bruta da União para saúde, sem incidência da Desvinculação de Recursos da União que permita ao Governo Federal a redistribuição de 20% de suas receitas para outras despesas. O partido defende a eliminação de todas as formas de subsídios públicos à comercialização de planos e seguros privados de saúde e de insumos, bem como o aprimoramento de mecanismos, normas e/ou portarias para o ressarcimento imediato ao Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

SUS por serviços a usuários da saúde suplementar. Além disso, é necessário manter a redução da taxa de juros, criar novas fontes de recursos, aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para a saúde, tributar as grandes riquezas, fortunas e latifúndios, tributar o tabaco e as bebidas alcoólicas, taxar a movimentação interbancária, instituir um percentual dos royalties do petróleo e da mineração para a saúde e garantir um percentual do lucro das empresas automobilísticas;

- Aprovação da Lei de Responsabilidade Sanitária;
- Gestão 100% SUS, sem privatização: sistema único e comando único, sem “dupla-porta”, contra a terceirização da gestão e com controle social amplo. A gestão deve ser pública e a regulação de suas ações e serviços deve ser 100% estatal, para qualquer prestador de serviços ou parceiros. **Não à mercantilização da saúde e à terceirização da gestão dos serviços públicos, dos serviços e do pessoal: a saúde é um direito cuja responsabilidade pertence ao Estado;**

- **Infraestrutura de Saúde** - Investimento no reaparelhamento e aumento da capacidade hospitalar no Estado nas cidades polos com a criação, reativação e modernização de laboratórios. O sistema de Saúde Público deve contar com seus próprios laboratórios, que devem oferecer serviços de diagnóstico básico, radiologia e demais exames por imagem. O Estado não pode ficar a mercê dos laboratórios privados, que por concentrarem boa parte dos exames solicitados no sistema público acabam sugando fatia significativa do orçamento da saúde, que deveria ir para o setor público;

- **Recursos Humanos da Saúde - Fortalecimento da Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde** é estratégico para o PSOL/PCB a **promoção e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras** em com investimento na educação, formação e qualificação profissional em todas as áreas requeridas, garantindo salários dignos, plano de carreira definida de acordo com as diretrizes, realizar concurso ou seleção pública com vínculos que respeitem a legislação trabalhista e assegurem condições adequadas de trabalho, implantando a Política de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários no âmbito municipal deve ter como base as necessidades locais, com contrapartida dos Estados e da União. Defendemos a adoção da carga horária máxima de 30 horas semanais para a enfermagem e para todas as categorias



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

profissionais que compõem o SUS, sem redução de salário, visando cuidados mais seguros e de qualidade aos usuários;

- Implantação/ampliação do Programa Saúde em Casa, onde equipes integradas por profissionais Médico(a)s, Enfermeiro(a)s, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, Psicólogos, Odontólogos, Nutricionistas e demais profissionais da área, atenderão os pacientes em seus domicílios;
- Reforma de todas as unidades da Secretaria de Saúde do PI, principalmente Hospitais e Centros de Saúde;
- Suprir a rede de hospitais e postos com medicamentos e insumos necessários a um atendimento digno à população;
- Convocar os concursados da Saúde e ou realização de novos concursos para o preenchimento de todas as vagas disponíveis e/ou ocupadas por contratos precários na saúde;
- Realização de auditorias em todas as contas da Secretaria de Saúde;
- Realização de estudos para implantação, ainda no futuro governo, de novos hospitais públicos.

4.2 Transporte

- **Investimento no Transporte de Massa na região da Grande Teresina** – ampliando as linhas férreas e adquirindo trens para os transportes interurbanos, integração do transporte coletivo de Teresina com o trem de passageiros e implementação da política de passagens a preço de custo, rumo à tarifa zero;
- **Criação de Empresa Pública Estadual de Transporte Intermunicipal:** mediante decisão popular criação e empresa estatal para assegurar transporte de qualidade e o direito à mobilidade interurbana;
- Investimento na adequação da infraestrutura rodoviária, ferroviária, portuária (fluvial e marítima) com a parceria da União;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- Realização imediata de licitação para a realização dos serviços de transporte de passageiros intermunicipais no Estado do Piauí;
- Apoio ao município de Teresina e nas cidades pólo do Estado para implantação de ciclovias.

4.3 Educação

- **Reforma da educação e revisão curricular** de forma a propiciar para o educando uma educação de elevado nível intelectual e com formação integral do ponto de vista da consciência ética, moral, política, coletiva, ambiental e de cidadania, dentre outros atributos necessários ao indivíduo;
- **Creches e pré-escola:** apoio aos municípios na universalização da oferta de creches e pré-escolas para os filhos dos trabalhadores, em parceria e de forma complementar com os municípios, dotada de toda estrutura e capacidade técnica para preparar a base de formação do indivíduo pleno;
- **Ensino Fundamental:** será prioridade do Estado do Piauí a garantia da universalização, em parceria com os municípios e de forma complementar, do ensino de qualidade e formação integral do indivíduo, tornando-o cidadão capaz de entender a importância do agir coletivamente, de participar e decidir sobre seu destino e de sua cidade e de seu Estado;
 - A implantação gradativa, até chegar a 100%, de escolas de tempo integral em todos os municípios. Nas escolas de tempo integral serão desenvolvidas todas as habilidades e competências do indivíduo, intelectuais, de cidadania, esportiva e artística.
 - Implantação e universalização de escolas agrotécnicas de tempo integral em todas as comunidades rurais, integrada ao modo de vida destas comunidades, considerando as potencialidades e valores locais.
 - **Infraestrutura das escolas:** elas serão dotadas, gradativamente, de moderna e necessária infraestrutura que possibilite a permanência do educando na escola, em tempo integral, com conforto e condições de obter ensino de qualidade, cultura, lazer e esporte.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- **Saúde na escola:** acompanhamento médico pediátrico, odontológico, dentro outras especialidades que se fizerem necessárias, o conforto e segurança pessoal e alimentar para o educando durante todo o dia;
- **Políticas nas escolas:** incentivo à criação de rádios e/ou TVs comunitárias nas escolas, vinculadas aos grêmios e geridas pelos estudantes, como forma de garantia da liberdade de expressão da juventude;
- **Valorização dos trabalhadores em educação:** Para o PSOL/PCB os serviços públicos devem ser exercidos com excelência. Para tanto, faz-se necessário a implementação de programa de valorização do profissional; elevação do investimento na formação continuada; na elevação dos níveis de salário permitidos pela legislação e em consonância com as disponibilidades de recursos provenientes do FUNDEB e do Estado;
- Implantação de escolas de atendimento integral;
- Valorização de todos os profissionais da Educação, com o atendimento das reivindicações mais prementes apresentadas pelos sindicatos representativos das respectivas categorias da área;
- Trabalhar pela eliminação do analfabetismo no Piauí durante os quatro anos de mandato;
- Construção de novas escolas para atender à demanda crescente de matrículas na rede pública do Estado do Piauí;
- Realização de reformas urgentes na maioria das escolas públicas do Estado do Piauí, e gradativamente, adequando-as para a introdução do tempo integral, com construção de refeitórios, banheiros adequados, disponibilizando espaços para a prática de esportes, ensino de música, teatro, tornando-as mais funcionais, limpas e higiênicas e adaptadas para atender aos portadores de necessidades especiais;
- Enfrentar e resolver em parceria com os municípios o principal problema do ensino no Estado do Piauí, que é a oferta de creches, ensino infantil, e a melhoria do atendimento às crianças matriculadas no ensino fundamental.

4.4. Cultura



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- ✓ **Garantia da diversidade da valorização cultura local, regional e nacional:** o PSOL/PCB acredita na importância de romper com a ideia de cultura enquanto algo erudito, destinado aos poucos abastados. Será implementada uma política que valorize a diversidade cultural do Estado do Piauí, do ponto de vista das tradições, raça e povo, que garanta a liberdade de expressão cultural e respeito às raízes afro-brasileira, indígena, cabocla, etc., sem nenhum prejuízo, visando a ruptura dos preconceitos e dicotomias existentes na sociedade atual;
- ✓ **Democratização do acesso aos bens e equipamentos culturais:** propõe-se uma cultura entendida como um direito e não como um privilégio, razão pela qual deverá ser democratizado o acesso aos bens culturais. Para isso, será priorizado o investimento na construção e manutenção de bibliotecas públicas com farta e diversificada bibliografia, salas de teatro, salas de cinema, espaços de exposição, sobretudo nos municípios onde o acesso à cultura ainda é restrito;
- ✓ **Promoção da Cultura, esporte e integração social:** criação e manutenção de equipamentos públicos destinados a atividades culturais (teatro, cinema, centros culturais), práticas esportivas (quadras, campos, pista de skate, etc.) e outros que propiciem e incentivem o convívio social, o lazer e a diversão para a juventude, principalmente na periferia das cidades pólo e nos municípios carentes de tais estruturas;
- ✓ **Rompimento da dicotomia produtor/espectador:** investir em cultura não significa apenas levar o espetáculo ao público. É preciso também investir em formação que inclua a criação/ampliação das escolas livres de música, artes cênicas, audiovisual e uma política de oficinas/cursos em bibliotecas públicas e escolas estaduais e/ou municipais em parceria com o Estado;
- ✓ **Alteração da lógica das leis de incentivo:** reversão das intervenções diretas do poder público no fomento à cultura pautadas atualmente pela lógica do mercado, que reproduz desigualdades para descentralização das leis de incentivo com garantia da vazão da efervescência cultural popular;
- ✓ **Contrapartida social ao fomento do poder público:** os grupos que recebem incentivos fiscais para expressão da diversidade devem, de alguma forma, destinar parte deste incentivo para utilidade pública. Esta contrapartida social deve ser de no mínimo 25%



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

do total produzido, isto é, seja com gratuidade em ¼ (dos eventos que não forem gratuitos), seja por meio da formação cultural da população;

✓ **Recuperação e preservação do nosso patrimônio histórico:** é preciso investir na preservação do patrimônio público histórico e cultural do Estado do Piauí, para evitar a perda da identidade cultural do nosso povo. Para isso, é de suma importância despertar a consciência da população para que ela também assuma o papel de defensora do seu patrimônio;

✓ **Criação de um Estúdio Público:** estimular a efervescência artística e cultural junto aos municípios de todas as matizes, estilos, sonoridades e linguagens, atualmente limitada pela indústria cultural. É preciso romper os limites que a indústria fonográfica impõe ao povo, criando possibilidades para produções artísticas diversas e incentivando o trabalho de artistas oriundos das classes populares;

✓ **Intensificação do apoio à produção e difusão da literatura:** apoiar e a produção e difusão para a população de trabalhos literários de qualidade, atualmente restritos a um circuito local estreito ou no anonimato, com criação de Editora Pública as publicações populares terão o espaço que não encontrariam nas grandes editoras;

✓ Descentralização da Cultura;

✓ Incentivo às atividades culturais nas cidades, valorizando a grupos culturais locais;

✓ Incentivo às iniciativas que visam à promoção e divulgação da cultura e de todas as manifestações artísticas oriundas dos setores populares no Estado do Piauí;

✓ Abertura e popularização de Bibliotecas Públicas em todas as cidades do Estado do Piauí, divulgando e estimulando a prática da leitura entre o povo, principalmente entre as crianças e os jovens;

✓ Construção de Cines-Teatro Públicos nas cidades do Estado do Piauí que ainda não os têm, levando espetáculos à população;

✓ Promoção de “temporadas populares” em todas as cidades do Piauí, trazendo espetáculos musicais a preços simbólicos, abrindo espaços para artistas da cidade que se apresentarão com grandes nomes da música popular brasileira;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

✓ Valorização e preservação de nosso patrimônio arquitetônico, histórico e cultural com abertura, conservação e incentivo aos museus das mais variadas manifestações artísticas culturais.

4.5 Habitação

O PSOL/PCB propõe como prioridade:

- Implantação de uma política habitacional no Estado para gradativamente eliminar o déficit habitacional, melhorar das moradias precárias e recuperar as áreas de risco;
- Mutirões habitacionais: incentivo e investimento na construção de conjuntos habitacionais com o apoio aos mutirões;
- Apoio e/ou investimento direto em urbanização dos Conjuntos Habitacionais e Bairros: investimento na infraestrutura urbana: energia, água e esgotamento sanitário, calçamento, arborização, postos médicos, escolas, creches, área de preservação ambiental, praças, calçamento, quando não houver tais serviços no bairro;
- Garantia da promoção da função social da propriedade e combate aos despejos forçados;
- Apoio à regularização fundiária dos imóveis populares urbanos.

4.6 Segurança

Considerando que o maior investimento do PSOL/PCB será na prevenção da criminalidade com forte atuação na educação, cultura, esporte, lazer, inserção no trabalho e na saúde física e mental, a atuação operacional à criminalidade será efetivada com as seguintes ações:

- Desenvolvimento de ações integradas com o Poder Judiciário, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e os demais órgãos do Governo Federal que atuam na área da segurança pública e em defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos;
- Aparelhamento e modernização tecnológica adequando das instâncias de polícias estimulando a ação investigativa e de inteligência;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- Humanização, capacitação sistemática e acompanhamento psicológico sistemático dos recursos humanos da segurança pública notadamente os que estão na linha de frente do combate ao crime;
- Desmilitarização da Polícia Militar transformando-a em Guarda Civil Comunitária;
- Desenvolvimento de uma política de valorização da carreira dos agentes da segurança pública;
- Reestruturação, modernização e nova gestão da infraestrutura e do sistema carcerário, bem como política de capacitação, humanização e valorização dos recursos humanos;
- Expansão gradativa do sistema de polícia judiciária para todos os municípios;
- Expansão gradativa de Institutos Médicos Legais para todos os municípios.

4.7. Assistência Social

a) Na Política Social e de Cidadania é prioridade do PSOL/PCB

Fortalecimento do Tecido Social – é considerado fundamental o fortalecimento de todas as formas de organizações sociais, para tanto prevê:

- **Politização da população** - investimento na preparação e na capacitação da população relativa à politização e ao desenvolvimento de valores cívicos, éticos, morais, de bem comum, da cooperação, solidariedade e de responsabilidade social visando transformar as comunidades em protagonistas de suas próprias histórias e atores ativos no processo de construção de uma nova política e gestão pública ética, moral, justa e democrática;
- **Incentivo à todas as formas de organizações sociais** - dentre outras, sindicatos, associações, conselhos e fortalecimento da democracia mediante o exercício contínuo dos debates em fóruns específicos e setoriais entre as classes e representações da sociedade, sem qualquer tipo de distinção.

b) Na política de assistência social é prioridade do PSOL/PCB

- **Proteção às crianças e aos adolescentes** - desenvolvimento de uma política voltada para o bem estar social envolvendo a defesa da aplicação da lei no trato com as crianças e adolescentes de forma a extinguir todas as formas de violência física ou psicológica com a criança; o abandono; a falta de abrigo, a mendicância e o usufruto delas como mão-de-obra barata ou escrava. Os investimentos serão maciços em estruturas e
- Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

formação de recursos humanos para garantir o tratamento adequado às crianças e adolescentes;

- **As Drogas** - O PSOL entende que a questão da droga deve ser uma prioridade para todas as instâncias da sociedade e do poder público pelos danos que causam na saúde física e mental dos usuários, na célula da família e na segurança da sociedade. Portanto, terão elevados investimentos as ações de sensibilização, prevenção, tratamento, reinserção, tendo como foco estratégico as causas do uso de drogas, devendo ser uma política priorizada pelo PSOL;

- **Congresso da Juventude:** incentivo à realização de congressos, como forma de desenvolver o protagonismo e consolidar a participação na formulação das **Políticas Públicas de Juventude (PPJ)**;

- Efetiva implantação do SUAS no Estado do Piauí, mediante reforma, construção ou ampliação dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS);

- Reforma ou reconstrução dos Centros de Orientação Sócio Educativo (COSES), reduzindo a 25 o número de usuários, por educadores;

- Construção de creches públicas nas áreas mais necessitadas e realização de concurso público para contratação de profissionais especializados nessa área;

- Combate da moradia das crianças e adolescentes nas ruas e do trabalho infantil: implantação do atendimento integral e reinserção social das crianças e adolescentes que vivem nas ruas e desenvolvem trabalho infantil. Elevando investimento em ações sociais preventivas, inclusive na criação dos Centros de Juventude;

- Criação do programa de atendimento e reinserção na atividade produtiva para a população de rua.

4. 8. Desenvolvimento Econômico

a) Setor Primário – No Estado é possível identificar a presença de grandes ecossistemas como o dos Cerrados, Caatinga, Meio Norte e Litorâneo, cada um com suas peculiaridades e potencialidades diversas e inigualáveis, que podem, desde que tenham o devido aproveitamento econômico, social e sustentável, ser a base e esteio de mudanças

Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

dos indicadores econômicos e sociais do Estado do Piauí. Certamente que os indicadores que inviabilizam a vida com progresso no campo é fruto da secular política de desenvolvimento equivocada, excludente, concentradora e descontínua do ponto de vista territorial, político e humano.

Evidentemente, que para as potencialidades de cada ecossistema serem transformadas em riquezas tornam-se necessários, além dos recursos naturais disponíveis, a definição de uma política de desenvolvimento econômica, social e ambiental de curto, médio e longo prazos, focadas nas suas vocações, nas quais incluam investimentos equitativos na educação, no desenvolvimento científico e tecnológico e na infraestrutura social e produtiva. Desta forma, será possível reduzir os desequilíbrios econômicos e sociais verificados entre os ecossistemas, preservando, inclusive a unidade do Estado.

Para desenvolver a política de geração de trabalho e renda no campo o PSOL/PCB propõe as seguintes ações:

- Fomento e apoio ao desenvolvimento da pesquisa, capacitação, extensão, ao crédito e da comercialização dos produtos do setor agropecuário;
- Garantia de acesso da população do campo, notadamente a do semi-árido, a bens essenciais da vida: terra, água, meios de produção, habitação e serviços básicos;
- Dar fim à secular política da indústria da seca realizando todas as obras de infra-estrutura e captação e distribuição de água, disponibilizando-a ao consumo humano, animal e para a produção criando condições de vida no campo;
- Promoção do zoneamento rural estabelecendo áreas de produção agrícola e de preservação ambiental (reserva legal e reserva permanente);
- Identificação das potencialidades agrícolas do município;
- Apoios à formação do **Cinturão Verde Ecosocialista**, mediante a estruturação das agrovilas na zona rural para produção planejada e sistemática de alimentos utilizando tecnologias apropriadas;
- Estimular a produção agrícola irrigada e orgânica pelas cooperativas, associações e pequenos produtores rurais;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- Estimular a prospecção das potencialidades, a exploração e aproveitamento sustentável dos recursos vegetais;
- Promoção e efetivação da reforma agrária e incentivo à agricultura familiar com infraestrutura, apoio financeiro, técnico, contábil e apoio na comercialização seja na compra direta para garantia de alimentação de qualidade aos educandos nas escolas públicas, seja na construção de mercados populares;
- Promover a regularização fundiária no Estado do Piauí dando prioridade absoluta ao pequeno e médio agricultor que promove a agricultura familiar;
- Criação de polos irrigados de produção de fruticultura, por meio de cooperativa e ou agricultura familiar, aproveitando o potencial hídrico do Estado;
- Criação de um banco de fomento ao microcrédito para pequenos e médios empreendedores, especialmente das cidades do interior do Estado como forma de dinamizar a economia local;

b) Setor da Indústria

A coligação PSOL/PCB pretende;

- Criar as condições necessárias para atração de empreendimentos industriais, viabilizando qualificação da classe trabalhadora em áreas requeridas para o desenvolvimento da indústria; viabilizando a infraestrutura produtiva (estrada, energia e água); e a oferta de matéria-prima e mercado consumidor aumento a renda e o poder de compra da população;
- Promoção e estímulo à agroindústria em regime de cooperativas;
- Promover a exploração dos minérios com viabilidade econômica no Estado do Piauí por meio de empresa pública de mineração e/ou consórcio público com participação de Estado e Municípios. Tais organizações terão gestão colegiada, com participação efetiva de representantes dos trabalhadores, do poder público e de organizações de preservação do meio ambiente e movimentos sociais. Os trabalhadores terão participação nos em percentual dos resultados auferidos na exploração da atividade econômica. Será determinado, também, um percentual dos resultados para investimentos em saúde, educação, promoção da agricultura familiar e mitigação dos danos ambientais causados pela exploração dos recursos naturais na região que será desenvolvida a atividade.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

c) Comércio e Serviços

Neste setor o PSOL/PCB propõe:

- Apoio aos pequenos empreendedores a capacitação sistemática para o trabalho;
- Apoio com consultorias técnicas, jurídica e contábil para legalização dos pequenos negócios;
- Crédito facilitado e adaptado à realidade do beneficiário para estimular os pequenos negócios;
- Condições de trabalho dignas;
- Implantação de Frentes Emergenciais de Trabalho, gerando emprego nos locais de moradia do trabalhador desempregado, utilizando-os em obras públicas de infraestrutura e saneamento das cidades e assentamentos do Estado do Piauí;
- Ações e iniciativas no campo da economia solidária, incentivando o cooperativismo, tanto na área de comércio como na de serviços.

4.9 Desenvolvimento Social

No desenvolvimento das políticas de assistência social o PSOL/PCB terá como prioridades:

a) Trabalho e Renda

Desenvolver políticas públicas que garantam a todos o exercício pleno da cidadania mediante a integração do pessoal ativo no mercado de trabalho de forma adequada, digna e com salários que garantam qualidade de vida, mediante a implementação de ações do tipo;

➤ **Centros da Cidadania:** propõe-se a instalação destes centros nos grandes bairros para promover o desenvolvimento de valores culturais, cooperativos, de aptidões, habilidades e de competências da população para o trabalho, de criação de oportunidades e agenciamento da empregabilidade. Prevê ações integradas e a mobilização de entidades parceiras afins, para garantia das capacitações, de financiamento para abertura e empreendimentos individuais, cooperativos (Banco Popular de Teresina), com acompanhamento jurídico, contábil e administrativo;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- **Banco Popular Estadual:** será fomentada a ampliação do crédito, facilitados e a juros baixos, para abertura de empreendimentos individuais e cooperativos, objetivando o desenvolvimento econômico com a geração de trabalho e renda para a população;
- **Trabalho:** é central para o PSO/PCB o combate à precarização do trabalho ofertado, simbolizado hoje em estágios irregulares e exploração da mão-de-obra escrava;
- **Desoneração do orçamento doméstico e otimização da renda familiar** com implantação de medidas que contribuam para redução das despesas com transporte e cesta básica, dentre outras.

4.10 Ecosocialismo e Meio Ambiente

Entendendo que a preservação do meio ambiente significa a preservação da vida o PSOL/PCB propõe as seguintes políticas ambientais:

- a) **Revisão, com as representações institucionais e da sociedade organizada** da legislação ambiental do ponto de vista, do conteúdo, da aplicação e dos instrumentos de fiscalização;
- b) **Desenvolvimento da política de educação ambiental** de todas as formas com diferentes instrumentos e utilizando o sistema de parcerias com as instituições afins;
- c) **Combate a todas as formas de poluição** sonora, visual, atmosférica, dos solos e dos mananciais de acordo com a Lei, que, comprovadamente, seja capaz de causar prejuízos a vida humana e animal
- d) **Combate à ocupação predatória do solo:** o PSOL vai combater a ocupação predatória do solo, especialmente nas áreas de mananciais e de preservação, fruto da histórica omissão do poder público e dos interesses privados;
- e) **Universalização do saneamento ambiental:** efetivação da revisão dos critérios de contratação da prestação de serviços de saneamento para as cidades, passando a executar os serviços por meio de uma Empresa Pública Municipal de Águas e Esgotos visando garantir a universalização do saneamento ambiental e a qualidade de vida de todos os habitantes de Teresina, com prioridade para a população moradora de áreas periféricas da cidade.



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

f) **Recuperação e preservação dos mananciais:** é urgente que o Governo do Estado promova a recuperação e preservação, de forma à garantir o aproveitamento econômico sustentável, dos rios Poty e Parnaíba, bem como lagoas, nascentes e cursos de água com suas matas ciliares. Tal política ambiental realizar-se-á em parceria com a União e com as prefeituras municipais;

g) **Combate à lógica do consumo irresponsável e do desperdício:** é preciso promover outros hábitos e padrões da população e a consciência sobre a sustentabilidade em nossa cidade. Para tanto serão desenvolvidas campanhas que contribuam para eliminação de todas as formas de geração de lixo não degradável.

h) **Gestão adequada do lixo: coleta, destinação e tratamento** - implementação de política de gestão do lixo de forma democrática e participativa, envolvendo monitoramento e manutenção dos sistemas de tratamento, intensificação da campanha educacional para sedimentar a coleta seletiva de lixo;

i) Implantação de estruturas para transporte para cada tipo de lixo; nos principais bairros serão implantadas unidades comunitárias de gestão destinação adequadas dos resíduos sólidos e orgânicos, envolvendo implantação de estruturas para reaproveitamento dos materiais como forma de geração de emprego e renda, bem como reciclagem de materiais para aproveitamento industrial. Além disso, o PSOL pretende sistematizar o trabalho de recolhimento de todo material tóxico ou nocivo ao meio ambiente e também daqueles inertes, mas que têm alto impacto ecológico;

j) **Legislação ambiental mais rigorosa:** é preciso apresentar propostas de alteração na regulação e legislação ambientais mais rigorosas, para criar novos padrões de conduta e de produção. Os fabricantes e as redes de comércio devem ser responsáveis pelo recolhimento e reciclagem ou despejo dos seus produtos, particularmente dos bens duráveis, depois de concluído seu ciclo de vida útil;

k) Estabelecer parcerias com os municípios para implantação em todas as cidades do Estado do Piauí de uma política de resíduos sólidos, que contemple a coleta seletiva do lixo, dando destinação e tratamento correto a todos os resíduos resultantes desse processo, preservando o meio ambiente, além de estimular a organização das cooperativas de catadores de lixo;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- l)** Levar esgotamento sanitário para todos os municípios do Estado do Piauí;
- m)** Recuperação dos rios Poty e Parnaíba;
- n)** Reflorestamento de áreas desertificadas e criação de parques ecológicos em áreas com rica biodiversidade e extrativistas, de interesse sócio-econômico;
- o)** Exigir a recuperação de áreas degradadas por mega-empreendimentos ou por grupos empresariais em suas atividades econômicas.

4.11 Comunicação

O PSOL/PCB defende o fortalecimento da comunicação como instrumento de progresso intelectual e cultural da população, de interação e de eficiência de transparência, controles e fiscalização de gestão pública, assim como mecanismo de mobilização popular. A partir dessa premissa propõe:

- a) Gestão participativa das políticas de comunicação:** realização da Conferência Municipal de Comunicação e instituição do Conselho Municipal de Comunicação, com maioria da sociedade civil, para discussão sobre a disponibilização e uso da tecnologia de comunicação e informação nas escolas e nas instituições públicas municipais, do uso das tecnologias de comunicação e informação para formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de comunicação;
- b)** Promoção de campanhas educativas e de divulgação de espaços de controle social e participação popular.
- c)** Investimento na socialização do acesso as tecnologias de comunicação e informação para a população;
- d)** Garantia de liberação de licenças para produção de documentos, publicações e softwares desenvolvidos no município, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento, como o uso de softwares livres.
- e)** Utilização das tecnologias estratégias de comunicação para facilitar a participação popular no planejamento estratégico nos bairros;
- f)** Disponibilização dos meios de comunicação estaduais para as instâncias representativas dos movimentos sociais;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

g) Garantia de espaços permanentes de interlocução do poder público com o cidadão, com a criação de ouvidorias públicas, e ampliar ao máximo os mecanismos de governo eletrônico, com participação ativa do cidadão para consultas, solicitações, demandas e ferramentas de participação. Observado os princípios da administração pública, principalmente no que diz respeito à transparência, publicidade, e no tocante à Lei de Acesso à Informação;

h) Comunicação institucional: é preciso estabelecer mecanismos democráticos e transparentes para o investimento da publicidade oficial nos meios de comunicação, permitindo a distribuição de recursos também para veículos pequenos e comunitários. O município também precisa de uma agência de notícias, reunindo informações de todas as áreas de governo, com distribuição de boletim periódico, para evitar gastos com publicidade das ações públicas;

i) É necessário garantir o acesso à informação pública por parte dos jornalistas e de todos os cidadãos e cidadãs, como instrumento para facilitar o controle social das políticas de governo.

4.12 Controles, transparência e Combate à Corrupção

A política de combate à corrupção será uma prioridade considerando que resgatará a credibilidade nas políticas e nas instituições públicas, além de possibilitar e garantir a disseminação da cultura da honestidade, da moral e da ética junto à população. Desta forma O PSOL/PCB propõe as seguintes políticas:

- ❖ Realização de auditoria em todos os contratos do Governo do Piauí;
- ❖ Afastamento imediato dos servidores envolvidos em denúncias de corrupção no Governo do Piauí, com a instauração de Processos Administrativos e criminal contra todos os envolvidos;
- ❖ Implementação de ações judiciais junto aos órgãos competentes para reaver e recuperar para o Estado do PI, todos os recursos desviados através de esquemas de corrupção;



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- ❖ Transparência absoluta em todos os órgãos do Estado do Piauí, com a obrigatoriedade de prestação de contas públicas trimestrais por parte das secretarias, empresas, fundações, em suma, da administração direta e indireta;
- ❖ Controle da população sobre as licitações realizadas pelo Governo do Piauí, permitindo que as organizações da sociedade exerçam papel fiscalizador, fazendo baixar os preços ofertados para serviços, equipamentos, materiais e outros itens a serem comprados pela administração pública; e
- ❖ Redução sistemática dos cargos de livre provimento.

4.13 Recursos Financeiros

Para execução de sua política o PSOL/PCB contará com recursos financeiros oriundos da receita estadual, dos recursos da união previstos em Lei, do combate à sonegação fiscal, revisão das leis de incentivos fiscais observando custo benefício para o povo do Piauí, auditoria da dívida pública do Estado, viabilizando o pagamento apenas do que legalmente for considerado dívida, e ainda a captação de recursos financeiros pela via de projetos eficientes e de méritos técnicos.

É histórica a situação de dependência econômica do Piauí dos recursos e transferências federais, de empréstimos em agências financeiras nacionais e internacionais deixando o Estado com baixa capacidade de investimento e em situação humilhante de Estado pedinte e mais pobre do Brasil. Agrava a situação financeira do Estado a política inadequada e ineficiente de arrecadação, a ineficiência e irracionalidade na aplicação dos recursos públicos e a chaga maior dos desvios financeiros provocados pela corrupção na gestão do patrimônio público.

Tais práticas não só serão definitivamente extirpadas durante a gestão do PSL/PCB como também duramente combatidas para marcar uma nova era de resgate da credibilidade da Instituição Estado e da confiança do povo piauiense nas organizações políticas.

Com essa forma de gestão pautada na criteriosa e racional aplicação dos recursos públicos aliada à prática moderna, eficiente e justa de arrecadação da receita pública, será possível otimizar os recursos financeiros do Estado e executar a sua política de



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

desenvolvimento. Aliada a isso, será criada uma coordenação de projetos, com equipe multidisciplinar e de elevada competência para elaboração e acompanhamento de projetos e convênios. O Estado estará apto a captar recursos financeiros através de editais e programas afins do Governo Federal e para todas as ações pertinentes serão elaborados projetos para, através deles, captar mais recursos financeiros destinados à execução da política Governamental definida pelo povo na construção do socialismo.

4.14. Gestão Pública e Participação Popular

O PSOL/PCB implementará uma gestão democrática, participativa, ética, transparente na arrecadação e nos gastos e dando publicidade aos atos de gestão, observando os seguintes princípios:

- ❖ Instalação do Planejamento Participativo do Orçamento Público Estadual;
- ❖ **Democracia direta:** na democracia indireta, o povo elege seus representantes para o legislativo e para o executivo, sendo consultados de quatro em quatro anos. Na gestão do PSOL/PCB o povo exercerá a sua cidadania durante toda a gestão. Para tanto, **serão criadas criação de instâncias de consulta, análise e debate das Políticas Públicas:** O Estado utilizará dos instrumentos constitucionais para viabilizar a participação popular, tais como Referendo, Plebiscito, Conferências, Congressos para subsidiar a tomada de decisões de grande relevância para os cidadãos e para as Instituições Públicas;
- ❖ **As Conferências Regionais e Estaduais** - apoio e incentivo às conferências municipais como prevê o Estatuto das Cidades. Das conferências municipais sairão delegados (as) propostas e encaminhamentos para as Conferências Regionais. Das Conferências Regionais sairão as demandas e delegados (as) para as **Conferência Estadual do Poder Popular**. A Conferência Estadual terá por objetivo o planejamento a curto, médio, e longo prazo, do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Estado. As



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

proposições retiradas da Conferência serão consideradas no momento da elaboração dos Planos Plurianuais, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentária;

❖ **Efetiva Participação popular através da representação dos conselhos estaduais temáticos:** intensificação na formação e apoio integral aos conselhos estaduais temáticos os quais representam um importante canal de participação popular, pois permitem formular diagnósticos sobre a situação dos segmentos da população ou serviço público. Os diagnósticos configuram importantes instrumentos para a proposição de políticas públicas que correspondam aos anseios da população, garantindo assim a efetivação dos direitos. São também instrumentos de fiscalização e controle externo dos programas e políticas ao qual estão relacionados. **Devem ser deliberativos e não apenas consultivos, tendo previsão orçamentária autônoma;**

❖ O Estado promoverá constante e freqüentes debates com a sociedade, servidores e estudiosos das áreas em Conferências Estaduais Temáticas para subsidiar as ações de Estado nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e Assistência Social;

❖ Eleição direta para as administrações regionais e autonomia administrativa para as cidades;

❖ Criação dos conselhos populares de fiscalização de obras;

❖ **Incentivo á formação e reconhecimento institucional** e cadastro de todos os conselhos estaduais, sindicatos, associações e outras formas representações da sociedade organizada;

❖ **Participação da mulher na gestão estadual:** intensificação na formação e apoio integral para os conselhos e coordenadorias da mulher no Estado, fortalecendo esses espaços e garantindo condições para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de combate às desigualdades de gênero e que afetam o dia-a-dia das mulheres;

❖ **Adequação do tamanho do Estado atendendo as necessidades do povo e aos princípios da eficiência:** revisão com a sociedade organizada do **Organograma do Governo Estadual**, dos cargos e funções públicas, dos critérios para ocupação e proposição de mudanças, se for o caso;

❖ **Serviço Público Ágil e de Excelência** - para garantir o serviço público e de qualidade o PSOL/PCB propõe atuação com as seguintes diretrizes:



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

- ❖ **Excelência em gestão pública** - programa de capacitação para os funcionários públicos para atuação com eficiência, eficácia e efetividades nos seus cargos e funções;
- ❖ Ingresso no Serviço Público somente através de Concursos Públicos, combatendo a terceirização e a precarização de mão de obra no Estado do Piauí;
- ❖ **Implementação do Programa de Capacitação e valorização dos servidores estaduais:** ocupação dos cargos públicos com critérios técnicos, preferencialmente por funcionários de carreira do Estado, elevado investimento na formação e na qualificação continuada dos servidores públicos estaduais; revisão de cargos e salários; pagamento de salários justos e definidos de acordo com os valores definidos pelo DIEESE e capazes de gerar satisfação e elevação da autoestima do servidor estadual e o lançamento de concursos públicos, se necessário aumento de pessoal;
- ❖ **Final das terceirizações:** a terceirização de mão de obra é responsável pela precarização das relações de trabalho tanto no setor público como no âmbito privado. O PSOL/PCB comprometido com a luta pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora e melhoria da qualidade e quantidade dos serviços públicos prestados extinguirá todos os contratos de terceirização de mão de obra existentes em nível da administração estadual e realizará de imediato concurso público para ocupar todas as vagas abertas com a rescisão dos referidos contratos;
- ❖ **Garantia de pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços de forma ágil:** serão garantidos todos os pagamentos aos fornecedores de produtos ou prestadores de serviços, efetivamente fornecidos ou prestados, quando requerido, sendo pago em ordem cronológica de empenho, sem qualquer ônus e com total transparência;
- ❖ **Aperfeiçoamento dos instrumentos de controle externo da arrecadação estadual e dos gastos públicos e de avaliação da gestão da política pública estadual.** O PSOL/PCB tem como compromisso a publicação por meios eletrônicos de todos os recursos arrecadados e gastos e o fornecimento dos referidos dados a qualquer instituição, organizações não-governamentais, partidos políticos comprometidos com resultados na gestão pública e com a transparência, em respeito à Lei de Acesso à Informação, defendendo, dessa forma, o seguinte;
- ❖ **Implantação de auditoria cidadã da dívida pública estadual:** a dívida pública municipal compromete o orçamento estadual a ponto de inviabilizar o atendimento de



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

demandas básicas da sociedade, tais como saúde e educação de qualidade, saneamento ambiental, geração de trabalho, redução do *déficit* habitacional, construção e manutenção dos aparelhos públicos. O PSOL/PCB se comprometem com a auditoria de dívida pública estadual para identificar o que de fato o município deve, e qual o destino dado aos empréstimos contratados pelo Estado;

❖ **Auditoria de todos os contratos estaduais:** serão avaliados todos os contratos de licitações de concessionárias, permissionárias de serviços públicos a fim de se verificar se estão de acordo com o princípio da supremacia do interesse público e da eficiência;

❖ Viabilização das condições para implantação de indicadores e mecanismos independentes de avaliação sistemática das políticas públicas estaduais, com vistas à reorientação e aperfeiçoamento em processo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o elenco de ações e políticas ora propostas para o Programa de Governo do Estado do Piauí pelo PSOL/PCB, poderá nortear a construção do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Piauí, assim como os planos plurianuais do Estado do Piauí a serem construídos pela sociedade nos eventos participativos municipais, regionais e estadual, refletindo as necessidades e demandas de políticas múltiplas, integradas e sustentáveis de desenvolvimento.

Em resumo o PSOL/PCB em seu discurso básico **DEFENDE**, dez pontos básicos esteios de sustentação de um Governo para todo o povo piauiense, um Estado economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto, como forma de garantir mais qualidade de vida para a geração presente e para as futuras, assim descritas:

❖ **POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL:** que contribuam para a redução do maior e mais antigo problema do Estado do Piauí, a desigualdade social;

❖ **REFORMAS ESTRUTURAIS:** a reforma agrária, urbana, da política tributária e a da segurança pública visando justiça social e qualidade de vida para o povo piauiense;

Diretório Regional do Piauí do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Rua Deputado Benoni Portela, 6408, Bairro Gurupi, CEP 64.091-180, Teresina – PI Fone:(86) 8829-3351 E-mail: psolpi@bol.com.br



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

❖ **REVOLUÇÃO NA SAÚDE:** para que o SUS não seja desvirtuado e para que não se ofereça como alternativa os planos privados;

❖ **REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO:** de forma a garantir à população um sistema educacional de tempo integral em atividades escolares, pedagógicas, crítico-analítico e inclusão em círculos educativos dos 26% de analfabetos e “funcionais”, visando a formação integral e reinserção social e econômica dos indivíduos.

❖ **POLÍTICAS UNIVERSAIS:** governar para todos independente de cor, raça, religião e bandeira partidária;

❖ **POLÍTICAS SOCIAIS COM INCLUSÃO DEFINITIVAS:** que superem o caráter das atuais políticas sociais, viabilizando, nas políticas emergências e assistenciais disponibilizar as condições de realização de sua emancipação e portas de saída para a autonomia de cada assistido temporário;

❖ **POLÍTICA AMBIENTAL:** que não seja ‘maquiagem verde’ ou eco-capitalismo, mas cuidando da preservação e recuperação dos rios, notadamente do Parnaíba, controle rigoroso e crescente das emissões de gases, preservação dos ecossistemas, notadamente dos cerrados, caatinga, floresta mista e dos cocais e mangues; pesquisa e implementação de fontes alternativas em busca de novas matrizes energéticas e vedação de termoeletricas e hidrelétricas devastadoras de áreas naturais e das áreas habitáveis;

❖ **COMBATE À POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO:** defesa dos organismos e serviços públicos fazendo-os cumprir a sua função social desenvolvendo políticas, que incentivem o fomento em ações locais, recusando categoricamente a privatização de qualquer função do Estado;

❖ **DEFESA DO ESTADO:** política de negação da guerra fiscal que beneficia os negócios das grandes empresas em detrimento das necessidades do povo e da preservação meio ambiente;

❖ **GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA, TRANSPARENTE E ÉTICA** com democracia de alta intensidade, informação democratizada, com a organização e instalação dos instrumentos e mecanismos de participação do povo no Governo, prática moderna, eficiente e justa de arrecadação da receita pública e gestão pautada na criteriosa, racional, transparente e honesta aplicação dos recursos públicos de acordo com os interesses sociais,



Coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo

combate tenaz à corrupção com ampliação dos instrumentos de controle da administração pública por parte da população.

5. COMPROMISSO

O Candidato a Governador do Estado do Piauí para o pleito eleitoral de 2014, Maklandel Aquino Matos, assim como o candidato a Vice Governador José Romualdo Lopes de Sousa (Brazil), vencedores do pleito que se aproxima, se comprometem a implementar na gestão do Estado do Piauí, obedecendo fielmente aos princípios básicos e ideológicos defendidos pela coligação O Poder Popular na Construção do Socialismo formada pelo **Partido Socialismo e Liberdade – PSOL** e pelo **Partido Comunista Brasileiro - PCB**, gerando justiça e bem estar social para a população do Estado do Piauí e contribuindo para a *“construção de um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”*.

Teresina-PI, 30 de junho de 2014

Maklandel Aquino Matos
Candidato a Governador

José Romualdo Lopes de Sousa
Candidato a Vice Governador